

A IMPORTÂNCIA DE DISCIPLINAS SOBRE TECNOLOGIA NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA

Camila Miranda MACHADO

Aline Luna SABOIA

Ana Maria Landim FELIX

Universidade Estadual do Ceará

Resumo: Este artigo tem por objetivo refletir sobre como as universidades estão formando professores para a cibercultura nos cursos de licenciatura, especificamente nos cursos de Letras de duas universidades públicas do estado do Ceará. Para este trabalho, foram analisados os currículos dos referidos cursos dessas universidades, observando a existência ou não de disciplinas específicas envolvendo ensino e tecnologia. A partir de um estudo documental, em que destacamos o Plano Nacional de Educação 2014-2024, discursamos sobre a necessidade de se formar profissionais da educação para o meio virtual e tecnológico, com o intuito de demonstrar a problemática de uma formação insatisfatória nesse aspecto. Os resultados apontam que o ensino voltado para o uso das tecnologias de informação e comunicação ainda não é uma realidade palpável, organizada e bem articulada dentro da esfera acadêmica, o que sinaliza uma preocupação, dada a importância dessa formação para a atuação profissional dos futuros professores.

Palavras-chave: Formação inicial de professores. Letramento digital. Plano nacional de educação.

THE IMPORTANCE OF DISCIPLINES ABOUT TECHNOLOGY IN THE CURRICULUMS OF THE LICENTIATESHIP COURSES

Abstract: This article aims to reflect on the way that universities are training teachers for cyberculture in undergraduate courses in Letters, specifically in two public universities in the state of Ceará. For this work, the curriculum of the referred courses of these universities were analyzed, observing the existence or not of specific disciplines involving teaching and technology. From a documentary study, in which we highlight the National Education Plan 2014-2024, we discussed the need to train education professionals for the virtual and technological environment, in order to demonstrate the problem of unsatisfactory training in this aspect. The results indicate that teaching focused on the use of information and communication technologies is not yet a tangible reality, organized and well-articulated within the academic

sphere, which indicates a concern, given the importance of this training for the professional performance of future teachers.

Keywords: Initial teacher training. Digital literacy. National education plan.

LA IMPORTANCIA DE LAS ASIGNATURAS SOBRE TECNOLOGÍA EN LOS CURRÍCULOS DE LOS CURSOS DE LICENCIATURA

Resumen: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre cómo las universidades están formando docentes en cibercultura en cursos de licenciatura, específicamente en los cursos de Letras de dos universidades públicas del estado de Ceará. Para este trabajo, se analizaron los currículos de los referidos cursos de estas universidades, observándose la existencia o no de asignaturas específicas que involucran la docencia y la tecnología. A partir de un estudio documental, en el que destacamos el Plan Nacional de Educación 2014-2024, se discutió la necesidad de formar profesionales de la educación para el entorno virtual y tecnológico, con el fin de demostrar el problema de la formación insatisfactoria en este sentido. Los resultados muestran que la enseñanza centrada en el uso de las tecnologías de la información y la comunicación aún no es una realidad tangible, organizada y articulada dentro del ámbito académico, lo que señala una preocupación, dada la importancia de esta formación para el desempeño profesional de los futuros docentes.

Palabras-clave: Formación inicial de profesores. Literacid digital. Plan nacional de educación.

INTRODUÇÃO

A capacidade de analisar e refletir criticamente sobre as diversas situações vivenciadas na realidade online é um fator de muita importância atualmente. No âmbito da educação, as transformações são visíveis, uma vez que os processos de ensino e de aprendizagem também sofreram influência dessas novas mídias. Dessa forma, se tornou imprescindível para os professores o domínio de tais ferramentas, já que seu uso é uma demanda concludente no trabalho do profissional do século XXI.

No atual Plano Nacional de Educação (doravante PNE), observamos que há o reconhecimento da importância de incluir alunos e professores no universo das novas tecnologias, bem como incentivo à reformulação dos cursos de licenciatura. Embora cientes de que todos esses requisitos estão em fase de implantação, pois o ano limite para a conclusão é 2024, foi possível verificar que nos cursos de licenciatura em Letras das Universidades Estadual e Federal do Ceará (UECE e UFC) essa reestruturação está avançando lentamente.

Assim sendo, partindo da análise do componente curricular dos referidos cursos, buscamos refletir acerca da formação inicial de professores para o uso de tecnologias, bem como contemplar as metas e estratégias presentes no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), tão necessárias para a melhoria da educação no nosso país. Para isso, este artigo foi dividido em cinco partes.

Primeiramente, temos a presente introdução; em sequência, apresentamos os pressupostos teóricos que orientam este estudo, a saber: Corrêa (2016), Kenski (2013), Lévy (1999), Rabello e Haguenauer (2014), Ribeiro e Coscarelli (2014), Rojo e Moura (2012), Sampaio e Leite (2011), Saujat (2004) e Soares (1998; 2014). Na terceira seção constam os procedimentos metodológicos adotados e na seção posterior analisamos e discutimos os resultados. Por fim, trazemos nossas considerações finais na quinta e última seção.

1. TECNOLOGIA E DOCÊNCIA

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) não são mais tratadas como novidade, ainda que permaneçam passando por constantes mudanças, as quais influenciam as nossas vidas. Sabemos que tecnologias em geral “recriam e remodelam aqueles que as criam, provocando enormes impactos e transformações sociais e culturais” (RABELLO e HAGUENAUER, 2014, P. 203). Logo, o mundo globalizado gerou uma nova postura do homem diante da sociedade: vivemos hoje em uma cibercultura e interagimos intensamente em ciberespaços. Ambos conceitos fizeram emergir pensamentos e concepções da realidade inéditos, o que conseqüentemente modificou a comunicação entre as pessoas.

Em uma sociedade letrada, escrever tornou-se um modo de interação social e a leitura, a forma eficaz de compreender o mundo. Portanto, tais práticas estão igualmente presentes no ambiente digital, pois necessitamos usar a linguagem para interagir através desses novos e variados meios de comunicação. Assim como nas relações tangíveis, o ciberespaço também exige dos seus usuários multiletramentos, pois há modificações no que se refere às práticas de escrita e leitura de textos. Diante disso, surgem os hipertextos, nos quais o leitor trilha o próprio caminho e a leitura não exige que este siga uma linearidade exata, além da presença de recursos audiovisuais associados ao texto.

A fim de compreendermos as concepções de letramento na esfera tecnológica com maior propriedade, devemos primeiramente conceituá-lo. Soares (1998) o divide em duas dimensões: individual e social. A individual está relacionada à alfabetização e, nesse contexto, a preocupação está centrada na decodificação de palavras e no domínio do código linguístico, concebendo, assim, como sujeito letrado aquele que sabe ler e escrever. Por sua vez, a dimensão social trata do fenômeno cultural e do conjunto de práticas sociais em que a língua e a escrita estão inseridas.

Soares (2014) acrescenta que o termo letramento é um termo multifacetado, pois também é utilizado por outras áreas de estudo e, assim, seus objetivos sofrem alterações dependendo da perspectiva adotada. No entanto, no que diz respeito à educação, em seu viés pedagógico, trata-se do:

Desenvolvimento das habilidades que possibilitam ler e escrever de forma adequada e eficiente, nas diversas situações pessoais, sociais e escolares em que precisamos ou queremos ler ou escrever diferentes gêneros e tipos de textos, em diferentes suportes, para diferentes objetivos, em interação com diferentes interlocutores, para diferentes funções. (SOARES, 2014, n.p.)

Para a autora, letrar é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto no qual a leitura e a escrita tenham sentido social e façam parte da vida das pessoas. O conceito de letramento na esfera tecnológica, com sua multiplicidade de fenômenos e interações, abrange também uma pluralidade cultural e uma multimodalidade dos textos que emergem diante dessas novas mídias. Como consequência, temos diversos letramentos, definidos como multiletramentos, e, ainda, os chamados letramentos múltiplos.

Rojo e Moura (2012) explicam que os letramentos múltiplos apontam somente para a multiplicidade das práticas letradas, diferentemente do termo multiletramentos, que se baseia na variedade de culturas e sistemas semióticos dos textos. Por conseguinte, dentre os tipos de letramentos existentes, destacaremos no presente estudo o letramento digital, que consiste em:

práticas sociais de leitura e produção de textos em ambientes digitais, isto é, ao uso de textos em ambientes propiciados pelo computador ou por dispositivos móveis, tais como celulares e tablets, em plataformas como e-mails, redes sociais na web, entre outras. (RIBEIRO e COSCARELLI, 2014, n.p.)

Desse modo, percebemos o quanto o letramento digital se faz necessário na vida cotidiana, pois todas as pessoas estão interligadas em redes de comunicação virtual, com diversas finalidades e propósitos. À vista disso, acreditamos que lidar com a tecnologia deve ser ensinado e contextualizado em sala de aula, tanto no ambiente escolar quanto no ambiente universitário, pois cada vez mais os indivíduos precisam se apropriar criticamente dos usos linguísticos atuais e emergentes do sistema *online*.

Para mais, uma utilização adequada da tecnologia nos remete a um processo de apropriação, uma vez que “o simples domínio da técnica não garante que ela seja usada com naturalidade ou com espírito crítico” (RABELLO e HAGUENAUER, 2014, p. 206). Nessa perspectiva, assim como Corrêa (2016), destacamos a importância de formar o corpo docente para o uso crítico da tecnologia na educação, pois constantemente esse uso é equivocado, considerado como mera ferramenta, e/ou deslocado dos objetivos pedagógicos, aponta Kenski (2013). Por isso, devemos estar atentos a essas práticas letradas para que possamos romper com “o uso da tecnologia com um fim em si mesmo” (RABELLO e HAGUENAUER, 2014, p. 207). Consoante a Sampaio e Leite (2011), a formação para o uso da tecnologia vai além de um domínio instrumental. Segundo as autoras,

o estudo da tecnologia educacional propõe a presença e a utilização pedagógica das tecnologias da educação, do trabalho e da comunicação de maneira crítica, contextualizada, adequada aos princípios e objetivos gerais da escola e específicos do professor com sua turma, aos interesses e necessidades deste grupo. (SAMPAIO e LEITE, 2011, p. 66)

Destarte, para os professores existe uma demanda de letramentos, desde a parte técnica até a formação crítica dos discentes. Ser letrado no mundo virtual é também saber as vantagens e desvantagens da utilização da tecnologia, saber como e quando lançar mão dos recursos que ela nos oferece, estar atento ao mau uso (divulgação de notícias falsas, *cyberbulling*, invasão de privacidade, transtornos e vícios...) e, principalmente, ser crítico e reflexivo diante do que aparece no *display*. Acessos e compartilhamentos devem ser feitos de forma responsável e é essa capacidade de julgar, de ponderar, de ser crítico que cada indivíduo, enquanto leitor e cidadão, deve ter.

Portanto, é preciso que os professores, como profissionais, tenham essa visão sobre a utilidade da tecnologia para que, então, possam fazer um emprego oportuno nas suas salas de

aula, bem como formar seus alunos de modo que eles também a utilizem de maneira consciente. Ademais, as novas realidades que surgiram no campo da educação a partir do uso da tecnologia – a EAD é um exemplo – ampliaram os direcionamentos do trabalho docente tanto em tempo como em conhecimento. Atualmente, esse profissional é chamado a adotar novos métodos educativos, apoderar-se de ferramentas diversas que produzam os resultados esperados no processo de ensino e aprendizagem, ser capaz de preparar materiais didáticos voltados para o uso virtual e ainda encontrar meios eficazes de interação à distância com os alunos, a título de exemplo.

Outrossim, é importante esclarecer que domínio técnico e visão crítica andam juntos. Uma formação de professores para a cibercultura deve envolver teoria e prática, de modo que os docentes se sintam preparados, ainda que parcialmente, para manusear os aparelhos; utilizar *softwares*; dispor de ferramentas virtuais variadas para uso pedagógico; aplicar em suas aulas esses recursos de modo concernente aos conteúdos e objetivos de ensino; analisar de forma crítica os materiais disponíveis na internet; respeitar os direitos autorais cibernéticos; conhecer os gêneros digitais; identificar *fakenews*, entre outros pontos.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa é documental, de natureza aplicada e com abordagem qualitativa. Nosso objetivo é ponderar sobre a formação de professores para o uso de tecnologias, não obstante, nosso *corpus* se restringe aos cursos de Letras da Universidade Estadual do Ceará e da Universidade Federal do Ceará. Como fonte de pesquisa, tivemos acesso, em junho de 2018, aos currículos das habilitações existentes nos cursos de Letras das duas instituições através dos seus sistemas online. Nosso foco foi analisar a oferta de disciplinas, com o intuito de constatar a presença ou ausência de formação inicial docente voltada para tecnologia. A fim de compreender a realidade atual das duas instituições, fizemos uma breve descrição de cada uma.

O curso de Letras da Universidade Federal do Ceará possui 57 anos. Sua aprovação se deu em 1961 e seu primeiro currículo também data do mesmo ano. Atualmente, há dois cursos em licenciatura, divididos em diurno e noturno. O curso no período diurno dispõe de habilitação simples em Língua Portuguesa e habilitação dupla para Língua Portuguesa e línguas Espanhola, Inglesa, Alemã, Italiana ou Francesa. O curso de Letras noturno foi criado em 2009 e oferta apenas duas habilitações únicas, uma em Inglês e outra em Espanhol. A duração dos cursos é de

08 a 10 semestres, conforme o tipo de habilitação. Em 2006, a referida universidade passou a ofertar o curso semipresencial de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Diferentemente, o curso de Letras da Universidade Estadual do Ceará possui 71 anos e se divide em licenciatura e bacharelado, porém esta segunda opção não foi considerada na nossa análise. Os cursos são oferecidos, majoritariamente, em única habilitação (Português, Inglês e Espanhol); apenas o curso de Letras Português/Francês possui habilitação dupla. Os turnos das aulas são variados, contemplando manhãs e noites, e os cursos possuem duração de 8 a 9 semestres.

Vale ressaltar que os cursos indicados nessa pesquisa sofreram ao longo dos anos algumas reformulações em suas grades curriculares. Nesse contexto, a matriz curricular analisada neste artigo foi a versão vigente em junho de 2018. Enfatizamos, ainda, que tivemos acesso restrito aos conteúdos programáticos das disciplinas existentes, por esse motivo, não foi possível analisar a todos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 1, logo abaixo, expusemos a oferta de disciplinas com foco na formação de professores para o uso de tecnologias, indicando a presença ou ausência em cada habilitação existente no curso de Letras de ambas as instituições.

Tabela 1 - Oferta de disciplinas com foco na formação de professores para o uso de tecnologias

Universidade Federal do Ceará		Universidade Estadual do Ceará	
Letras Português/Alemão (Diurno)	SIM/ DUAS OPTATIVAS	Letras Português/ Francês	NÃO
Letras Português/Espanhol (Diurno)	SIM / DUAS OPTATIVAS	Letras Espanhol	NÃO
Letras Português/Francês (Diurno)	SIM / DUAS OPTATIVAS	Letras Inglês	NÃO
Letras Português/Inglês (Diurno)	SIM / DUAS OPTATIVAS	Letras Português	NÃO



Letras Português/Italiano (Diurno)	SIM / DUAS OPTATIVAS	-	-
Letras Português (Diurno)	SIM / DUAS OPTATIVAS	-	-
Letras Espanhol (Noturno)	SIM / UMA OBRIGATÓRIA	-	-
Letras Inglês (Noturno)	SIM / UMA OBRIGATÓRIA	-	-
Letras Libras (Noturno)	SIM / DUAS OPTATIVAS	-	-

Fonte: Autoria própria.

Logo, é possível afirmar que há disciplinas voltadas para as novas tecnologias apenas na Universidade Federal do Ceará. Na Universidade Estadual do Ceará encontramos na estrutura curricular dos cursos de licenciatura em Letras a disciplina optativa “Didática e novas mídias”, porém esta cadeira não está mais em vigência já há algum tempo. Importante dizer que o componente curricular da UECE foi feito em 2015, um ano após a promulgação do PNE.

Na UFC, de acordo com a grade curricular, existem duas disciplinas de caráter obrigatório, ofertadas no 9º semestre dos cursos noturnos, intituladas: “Ensino-aprendizagem da língua inglesa por meio de novas tecnologias” e “Ensino-aprendizagem da língua espanhola por meio de novas tecnologias”.

Tivemos acesso ao documento regulador da disciplina do curso noturno de Espanhol. Como justificativa para a criação/regulamentação desta disciplina, o documento cita o cenário atual de ensino e aprendizagem voltados para as novas tecnologias de informação e comunicação, sendo necessário ao professor de língua estrangeira acompanhar essas transformações, através do conhecimento de uso, assim como permitir que estas tecnologias estejam presentes em sua sala de aula.

No tocante à motivação, fala-se em propiciar um espaço de aprendizagem e discussões dos referenciais teóricos e práticos de uso das TIC para o ensino e aprendizagem de línguas. Sobre os objetivos, espera-se, em síntese, que os professores em formação estejam cientes do manuseio, dos benefícios e das abordagens para o desenvolvimento do letramento, tal como sejam capazes de avaliar softwares e materiais didáticos. Com relação à carga horária, a disciplina

possui 48h/a destinadas à teoria e 16h/a voltadas à prática, trabalha-se, portanto, em grande proporção, teorias do universo linguístico relacionadas às tecnologias existentes.

Na descrição dos conteúdos, encontramos: conceitos de TIC; contexto histórico do Ensino à Distância (EAD); letramento; letramento crítico e letramento digital; novos suportes e hipertextos; Tandem; Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); atividades com a utilização de ferramentas tecnológicas; comunidade virtual Orkut; o uso do google docs, blog e wiki; o uso de gêneros textuais digitais e a utilização de recursos diversos, como áudio, vídeo e animações.

Como método avaliativo e prático, consta no programa dessa disciplina que o formando deverá criar um material didático com o uso das novas tecnologias e redigir um ensaio sobre os pontos estudados. É importante salientar que apenas essas duas últimas ações citadas são consideradas como prática durante a realização da disciplina, segundo o documento analisado.

Ainda na Universidade Federal do Ceará, encontramos as disciplinas “Tecnodocência” e “Tecnodocência em EAD”, ambas de caráter optativo e ofertadas nos últimos semestres aos alunos dos cursos diurnos e do curso Letras Libras. Foi possível analisar apenas o programa da primeira. A justificativa da disciplina se refere à importância do desenvolvimento de produtos para a docência, o que demanda conhecimentos para a construção de mídias digitais e do desenvolvimento de uma metodologia que facilite sua aplicação a um processo de ensino, aprendizagem e avaliação. Dessa maneira, tem-se a contribuição dos alunos do curso de Sistemas e Mídias Digitais para desenvolver conhecimento integrado de acordo com as necessidades da docência.

Em relação aos objetivos, espera-se, em suma, que o formando seja capaz de desenvolver planos de aula interdisciplinares, integrando as TIC às abordagens metodológicas estudadas, além de compreender as relações entre Teoria de Fluxo e Teoria da Aprendizagem Significativa e dominar técnicas de Sistemas e Mídias Digitais. Quanto à carga horária, a disciplina possui 32h/a teóricas e 32h/a práticas. Não consta no programa da disciplina a descrição do conteúdo ministrado. A bibliografia traz sugestões de leituras relacionadas à educação, às novas tecnologias e à formação de professores. O tipo de avaliação também não está descrito no plano.

As descrições feitas nos permitem observar que a formação de professores para as novas tecnologias ainda é insuficiente nessas instituições, mesmo na Universidade Federal do Ceará,

em que há oferta. Pois, as aulas tendem a ser mais conceituais do que práticas, o que nos faz crer que os alunos saem da disciplina conhecendo a relevância e as inovações do uso das tecnologias, porém, possivelmente, sem manter contato com elas. Nota-se também que o componente curricular das disciplinas obrigatórias está desatualizado, visto que sugere o trabalho de uma rede social que já não é mais utilizada (rede social Orkut). Acerca da oferta de cadeiras optativas, ou seja, aquelas que a opção de escolha é do aluno, acreditamos que a liberdade em cursar ou não é nociva para a formação desse futuro profissional, haja vista as exigências do mundo atual, em que as tecnologias estão presentes em todos os setores das nossas vidas.

Isto posto, é possível afirmar que a cibercultura é indispensável (quicá, indissociável) aos ambientes de trabalho. O meio escolar também está tomado por essas novas práticas sociais, com isso, é determinante que os professores se apropriem desse conjunto de técnicas materiais e intelectuais, desses novos modos de pensar e agir (LÉVY, 1999, p. 17). Sobre a inserção do letramento digital nas práticas de ensino, Ribeiro e Coscarelli (2014) afirmam que,

no âmbito da educação, as questões referentes ao letramento digital vêm sendo discutidas, inclusive na tentativa de se pesquisarem e testarem práticas que ajudem na formação das pessoas e em seu melhor aproveitamento das tecnologias digitais. Políticas de acesso às redes e aos dispositivos são ensaiadas, assim como existem focos de formação continuada de professores para essas questões. (RIBEIRO e COSCARELLI, 2014, n.p.)

As autoras apontam a existência de formação continuada para os profissionais da educação na área das novas tecnologias. Outras pesquisas, como a de Rabello e Haguenaer (2014), também destacam a importância desse tipo de formação. Sem dúvida, essa preocupação é de muita valia, considerando aqueles que já se graduaram e que a aprendizagem na cultura tecnológica é contínua.

Contudo, gostaríamos de ressaltar neste trabalho a importância e relevância dessa formação para iniciantes, pois sabemos que esses futuros professores necessitarão de conhecimentos prévios sobre tecnologia e seus usos. Essa cobrança virá tanto da parte das instituições como da parte dos alunos. Esses profissionais precisarão dominar o uso de projetores, computadores, tablets e lousas digitais, bem como lidar com alunos oriundos de uma era *high-tech*.

Uma base teórica e prática precária nos cursos de graduação em licenciatura no que diz respeito às TIC poderá gerar nos professores sem formação déficits educacionais que influenciarão na sua atuação no mercado de trabalho e nas práticas de ensino e aprendizagem em sala de aula. Por isso, há necessidade de uma formação para a cibercultura desde a graduação.

Também compreendemos que os professores “tecem sua atividade” laboral (SAUJAT, 2004). Tal atividade reflete as decisões que um sujeito toma entre “aquilo que se requer dele” e “aquilo que isso requer dele” (SAUJAT, 2004). Desse modo, o professor que não possua formação tecnológica satisfatória, terá uma sobrecarga maior na sua atividade diante do que lhe será exigido (uma cobrança que pode vir da gestão escolar, dos próprios alunos ou de si mesmo, ao perceber os benefícios que o uso da tecnologia pode trazer).

Nesse sentido, o PNE, com vigência de 2014 a 2024, propõe como sexta estratégia da sua décima quinta meta uma atualização dos cursos de licenciatura e a inserção das novas tecnologias, conforme descrito a seguir.

Promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do (a) aluno (a), dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica[...]. (BRASIL, 2014, n.p)

O PNE cita que essa reformulação dos cursos de licenciatura deve estar articulada com a Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC) da educação básica, o que amplia ainda mais a necessidade de inserção das mídias digitais nas práticas educacionais, posto que foi implementada recentemente a nova BNCC e esta traz em suas prescrições muitos direcionamentos voltados para as novas tecnologias.

A educação básica brasileira está sendo direcionada a novos caminhos criados a partir da demanda social atual e futura. Segundo a BNCC (BRASIL, 2018a, p. 467), a escola “deve possibilitar aos estudantes [...] apropriar-se das linguagens das tecnologias digitais e tornar-se fluentes em sua utilização”. Assim, o uso da tecnologia na escola não é apenas uma perspectiva mecânica, um suporte instrumental para os professores, é como um novo conteúdo dentro das disciplinas. Nas premissas da BNCC, afirma-se:

É preciso garantir aos jovens aprendizagens para atuar em uma sociedade em constante mudança, prepará-los para profissões que ainda não existem, para usar tecnologias que ainda não foram inventadas e para resolver problemas que ainda não conhecemos. Certamente, grande parte das futuras profissões envolverá, direta ou indiretamente, computação e tecnologias digitais. (BRASIL, 2018a, p. 473)

Portanto, existe uma preocupação do governo federal em formar estudantes para compor habilmente os meios profissionais e aptos a criar direcionamentos para a sociedade. Uma vez que as práticas sociais e linguísticas deste século estão integralmente vinculadas ao universo das mídias digitais, o meio virtual tornou-se inerente às relações humanas. Nessa perspectiva, vê-se como função da educação formar crianças e jovens para o uso da tecnologia em suas variadas formas, seja como instrumento ou como meio de comunicação, o que modifica a demanda de trabalho dos professores.

Desse modo, como formar sujeitos para determinadas práticas se o educador não tem competência ou tem competência restrita na área específica? Ainda que os professores em formação inicial participem da sociedade tecnológica, podem não saber associar suas vivências ao ensino realizado em sala de aula, podem também não ter o pleno domínio dos recursos existentes. Por conseguinte, é determinante para a carreira docente contemporânea receber instrução profissional teórica e prática (mais dessa, decerto) sobre tecnologia e ensino dentro dos cursos de graduação.

A título de confirmação do exposto, podemos citar a BNCC (BRASIL, 2018a), que estabelece como prescrição ao trabalho docente diferentes competências e habilidades (em todas as áreas do conhecimento), as quais têm como foco ensinar os estudantes a

- buscar dados e informações de forma crítica nas diferentes mídias, inclusive as sociais, analisando as vantagens do uso e da evolução da tecnologia na sociedade atual, como também seus riscos potenciais;
- apropriar-se das linguagens da cultura digital, dos novos letramentos e dos multiletramentos para explorar e produzir conteúdos em diversas mídias, ampliando as possibilidades de acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho;
- usar diversas ferramentas de software e aplicativos para compreender e produzir conteúdos em diversas mídias, simular fenômenos e processos das diferentes áreas do conhecimento, e elaborar e explorar diversos registros de representação matemática; e

- utilizar, propor e/ou implementar soluções (processos e produtos) envolvendo diferentes tecnologias, para identificar, analisar, modelar e solucionar problemas complexos em diversas áreas da vida cotidiana, explorando de forma efetiva o raciocínio lógico, o pensamento computacional, o espírito de investigação e a criatividade. (BRASIL, 2018b, p. 475)

Desde a criação da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que pôs em vigência o PNE, já foram realizados dois relatórios que expõem os resultados alcançados até então. Destarte, ainda que as novas tecnologias estejam cada vez mais presentes no nosso cotidiano e que haja amplo debate acadêmico sobre esse tema, principalmente nos cursos de pós-graduação, observamos que a formação nos cursos de graduação caminha a passos lentos.

Os referidos relatórios são frutos do monitoramento das metas estabelecidas, que é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A avaliação ocorre a cada dois anos até o prazo final de implantação, que será em 2024. Até então, o último documento apresentado pelo Inep intitula-se “Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2018”. Publicado no ano passado, o controle nos mostra que já houve evolução em alguns aspectos, mas não no nível esperado.

Anteriormente, citamos a décima quinta meta. Esta trata da formação específica de nível superior dos professores e professoras da educação básica, devendo estes ter diploma de curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, algo indiscutível, mas que infelizmente é uma prática recorrente nas escolas. Não obstante, o relatório de 2018 concluiu que “os percentuais de adequação da formação docente observados em 2016 ainda estão distantes da meta de 100% das docências da educação básica em todo o País” (BRASIL, 2018b, p. 265).

A redação final do PNE estipulou que a décima quinta meta deveria ser cumprida já no primeiro ano de implantação do plano, porém vimos que não o foi. Consequentemente, a sua sexta estratégia, de melhoria nos currículos dos cursos de licenciatura, também segue inconclusa, pois ainda não foi possível avaliar o andamento da reforma curricular nas universidades.

Isto posto, podemos depreender que as inadequações na esfera educativa do Brasil são várias, muitas delas extremamente básicas, que já deveriam ter sido superadas. Logo, uma implantação de formação tecnológica nas escolas e universidades é um desafio ainda maior, pois requer recursos materiais para as aulas práticas como computadores e acesso à internet, os

quais exigem maior investimento financeiro do Governo Federal. Tais fatores são, inclusive, duas das estratégias da sétima meta do PNE:

- universalizar, até o quinto ano de vigência deste PNE, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;
- prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet [...] (BRASIL, 2014b, n.p.)

Dessa forma, inferimos que a renovação curricular dos cursos de licenciatura das universidades é necessária para que os professores em formação estejam aptos a trabalhar segundo os critérios atuais estipulados pelo Ministério da Educação para a educação básica. Não obstante, ressaltamos que tais mudanças solicitadas pelo PNE e pela BNCC exigem, sobretudo, do Governo Federal. A renovação tecnológica desejada para a educação brasileira necessita de investimentos e de boa administração dos repasses do dinheiro público. Embora este âmbito não seja nosso foco de pesquisa, são aspectos correlatos que devem ser postos em discussão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise curricular realizada nesse estudo, constatamos que os cursos de licenciatura em Letras das duas universidades escolhidas como objeto de pesquisa ainda precisam avançar no tocante à implantação de disciplinas voltadas para as novas tecnologias. Pois, os dados apontam a escassez da oferta de modo igualitário e obrigatório a todos os cursos da Universidade Federal do Ceará, assim como um desnível entre as horas destinadas à teoria e à prática e, ainda, um conteúdo desatualizado. E na Universidade Estadual do Ceará, algo mais preocupante: a ausência de disciplinas nessa área.

Uma vez que só podemos dispor daquilo que conhecemos, como esses futuros professores poderão desfrutar e usar adequadamente as novas tecnologias em suas atividades sem que tenham sido formados para isso? Possivelmente, irão repetir as ações já realizadas por seu coletivo de trabalho ou reproduzir condutas de seus professores formadores. E, com isso,

estarão sujeitos a cair nos mesmos desacertos que ainda são observados nas práticas de muitos docentes, como a mera instrumentalização, um cunho não pedagógico e/ou uma utilização acrítica da tecnologia.

Por fim, reiteramos a importância e a urgência em implantar nos cursos de licenciatura (de modo geral) disciplinas voltadas para cibercultura, conforme orienta o Plano Nacional de Educação vigente, posto que é inquietante pensar que, na realidade em que vivemos, professores saiam das universidades com conhecimentos superficiais (ou nenhum) sobre tecnologia e mídias digitais associadas à educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Subchefia para assuntos jurídicos, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em: 17 de junho de 2018

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2018a. 596 p. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 10 de julho de 2019

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2018. Brasília, DF: Inep, 2018b. 460 p. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/publicacoes/itemlist/category/4-monitoramento-e-avaliacao> Acesso em: 15 de julho de 2019.

CORRÊA, A. de A. A alfabetização tecnológica docente: uma ferramenta da educação. Revista Educ. Matem. Pesq., São Paulo, v.18, n.2, pp. 1057-1068, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/viewFile/26073/pdf> Acesso: 20 de junho de 2018

KENSKI, V. Tecnologias e tempo docente. Campinas: Papyrus, 2013.

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999.

RABELLO, C. R. L.; HAGUENAUER, C. J. Tecnologias, novos letramentos e formação de professores para/na cibercultura. In: HAGUENAUER; ULBRICHT; LIMA (Orgs) Pesquisas em linguagem e educação no contexto das tecnologias digitais. Curitiba: CRV, 2014.

RIBEIRO, A. E.; COSCARELLI, C. V. Letramento Digital. In: FRADE; VAL; BREGUNCI (Orgs.) Glossário Ceale: Termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte: FaE, 2014.

ROJO, R.; MOURA, E. Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola, 2012.

SAMPAIO, M; N. LEITE, L. S. Alfabetização tecnológica do professor. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

SAUJAT, F. O trabalho do professor nas pesquisas em educação: um panorama. In: MACHADO, A. R. (Org.). O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva. Londrina: Eduel, 2004.

SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, M. Letramento. In: FRADE; VAL; BREGUNCI (Orgs.) *Glossário Ceale: Termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores*. Belo Horizonte: FaE, 2014.

Camila Miranda MACHADO

Possui Licenciatura em Letras Espanhol e suas Literaturas (2014), pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Especialização em Ensino da Língua Espanhola (2021), pela Universidade Cândido Mendes (2021) e Mestrado em Linguística Aplicada (2019), pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atualmente é professora de espanhol da rede pública cearense de ensino e pesquisadora nas áreas de Ensino de língua espanhola, ensino da literatura, uso do texto literário no ensino de línguas e letramento literário. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas GPLEER (Literatura: Estudo, Ensino e (re) leitura do mundo), da UECE.

Aline Luna SABOIA

Licenciada em Letras (Português, Espanhol e suas respectivas Literaturas) pela Universidade Federal do Ceará (2007-2011); Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Stella Maris (2015-2016); Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (2018-2019). Professora de Língua Portuguesa e Língua Espanhola e pesquisadora nas áreas de Ensino de Línguas, Formação Docente e Multiletramentos (com ênfase nos Letramentos Literário e Digital). Participa do grupo de estudo e pesquisa LIFT (Linguagem, Formação e Trabalho), da Universidade Estadual do Ceará.

Ana Maria Landim FELIX

Mestra em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), 2019. Especialista em Ensino de Língua Portuguesa, pela mesma instituição, 2019. Graduada em Letras - Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Ceará (UFC), 2014. Coursou Licenciatura em Química, pela Universidade de São Paulo (USP), 2007. Membro do Grupo de Pesquisa GEENTE (UECE).

Recebido em 12/maio/2021- Aceito em 13/janeiro/2022